

**ESCOLA SUPERIOR DE MARKETING, ADMINISTRAÇÃO E
COMUNICAÇÃO - ESAMC**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS

ANA LAURA PERES

**PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Piracicaba - SP

2013

ANA LAURA PERES

**PARTICIPAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS ESTRANGEIROS NA
ECONOMIA BRASILEIRA**

Projeto de graduação apresentado ao Curso de Graduação em Administração de Empresas da Escola Superior de Administração, Marketing e Comunicação –ESAMC como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof.Ms. Giovanni Becari Gemente

Piracicaba - SP

2013

*“Não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente,
mas o que melhor se adapta às mudanças”.*

Charles Darwin.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar pela oportunidade, sabedoria, paciência e perseverança a mim concedidas.

À ESAMC instituição e principalmente a todos meus mestres pela colaboração em minha educação profissional.

A meu orientador, o Prof. Ms Giovanni Beccari Gemente, pela contribuição, instrução e também por acreditar que esta pesquisa pudesse atender a todos os requisitos mínimos para minha formação profissional.

À minha família, pelo investimento em meus estudos, por acreditar que eu pudesse ser administradora formada, por me ajudar também nas revisões do trabalho, pelo tempo que dediquei à esta pesquisa abdicando de estar junto a eles.

RESUMO

O IDE ou investimento direto estrangeiro participa da econômica brasileira desde seu descobrimento. Portugal realizou diversos investimentos no Brasil, havendo sempre interesse de obtenção de riqueza extraída em terras brasileiras. A partir do momento em que Portugal proclama a independência do Brasil, as classes enriquecidas no ciclo econômico do açúcar passam a assumir o controle agora na atividade do café, assim passam a atrair olhares de demais nações para investimentos. Mais tarde, a abertura econômica e o movimento das privatizações alavancam ainda mais o recebimento de investimento direto estrangeiro recebido pelo Brasil, que assim como demais países sofre variações no volume de recebimento por acontecimentos importantes em países que enviam principais volumes.

Palavras-chaves: Investimento Direto Estrangeiro, Brasil, ciclo econômico

ABSTRACT

FDI or foreign direct investment participates in the Brazilian economy since its discovery. Portugal has made several investments in Brazil, there is always interest in obtaining wealth extracted in Brazilian lands. From the moment Portugal proclaims the independence of Brazil, classes enriched in sugar cycle start to take control in the activity of coffee now, so go to attract other nations looks for investments. Later, the opening movement of privatization and economic leverage further incoming foreign direct investment received by Brazil, which like other countries undergoes changes in volume of receipt for important events in countries that send major volumes.

Keywords: Foreign Direct Investment, Brazil, economic cycles

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social
PROCON	Programa Proteção ao Consumidor
EMN	Empresas Multinacionais
FMI	Fundo Monetário Internacional
PIB	Produto Interno Bruto
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IIE	Investimento Indireto Estrangeiro
BACEN	Banco Central

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Esquema Teorias Fatores de Escolha dos Países para Recebimento de IDE	
	Fonte: Elaborado pela Autora.....	8
FIGURA 2	Linha do Tempo dos Ciclos Econômicos Brasileiros	
	Fonte: Elaborado pela Autora.....	9

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	IDE's recebidos por segmentos da economia brasileira Fonte: Elaborado pela Autora.....	23
QUADRO 2	Recebimento IDE's no Setor de Serviços Fonte: Elaborado pela Autora.....	24
QUADRO 3	Participação IDE's nas Privatizações Fonte: Elaborado pela Autora.....	25
QUADRO 4	Países com maior participação no envio IDE's ao Brasil Fonte: Elaborado pela Autora.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	IDE's recebidos por segmentos da economia brasileira Fonte: Elaborado pela Autora.....	24
GRÁFICO 2	Participação IDE's nas Privatizações Fonte: Elaborado pela Autora.....	26
GRÁFICO 3	Receita Privatizações x Segmentos Economia (1990/1994) Fonte: Elaborado pela Autora.....	26
GRÁFICO 4	Receita Privatizações x Segmentos Economia (1995/2002) Fonte: Elaborado pela Autora.....	27
GRÁFICO 5	Histórico Faturamento Anual Telefônica Fonte: Elaborado pela Autora.....	29

SUMÁRIO

2.1 DEFINIÇÃO INVESTIMENTOS DIRETO ESTRANGEIRO (IDE).....	12
2.2 DETERMINANTES TEÓRICAS DOS IDE'S.....	14
2.3 FATORES DE ESCOLHA DOS PAÍSES PARA RECEBIMENTOS DO IDE'S.....	16
2.4 IDE: AGENTE INTEGRANTE NA FORMAÇÃO DA ECONOMIA DO BRASIL.....	19
2.4.2 CICLO ECONÔMICO DA PECUÁRIA	21
2.5 ABERTURA ECONÔMICA BRASILEIRA.....	25

1. INTRODUÇÃO

Os investimentos direto estrangeiros (IDE's) estão presentes no Brasil desde seu descobrimento até os dias atuais. Estes podem ser caracterizados por abertura de filiais de organizações multinacionais em países diferentes da origem dos investimentos, ou ainda por aquisições de uma organização já existente, como é o caso das privatização. Os IDE's ainda são caracterizados como investimentos de longo prazo, já que os investidores têm boas perspectivas sobre a economia do país receptor.

Ademais, a pesquisa pretende explicar as diferenças dos IDE's com relação aos IIE (investimento indireto estrangeiro), bem como caracterizar os fatores que levam investidores a realizarem tal investimento. Também serão apresentados os fatores, pelos quais os investidores escolhem os países receptores, bem como a razão de variação do volume no Brasil desde seu descobrimento, até o ano de 2002.

Ao final deste trabalho, pretende-se que o leitor possa identificar fatores econômicos e políticos que impactam diretamente na variação de volume de recebimento dos IDE's no Brasil.

O presente estudo pretende responder a seguinte questão
Quais foram os segmentos econômicos que receberam maior volume de IDE e quais foram os países que mais enviaram IDE ao Brasil?

2. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

O Referencial bibliográfico servirá como ponto de partida no estudo de variação do volume dos IDE's no Brasil, colhendo informações das prováveis causas. Inicialmente apresentar-se-á definição sobre os IDE's. Em seguida, serão apresentadas as determinantes que levam investidores a praticarem os IDE's em países diferentes ao seu de origem. Na seqüência, serão expostos os dados históricos de variação do IDE's no Brasil. Por fim serão apresentados os fatores que determinam a classificação de países como bons receptores de IDE's.

2.1 Definição Investimentos Direto Estrangeiro (IDE)

Para entender por completo o estudo a seguir, faz-se necessário a conscientização sobre a definição dos IDE's (Investimentos Direto Estrangeiro), conceito central desta pesquisa, além de explanar a diferença entre Investimentos Diretos Estrangeiros, dos Investimentos Indiretos Estrangeiros.

Segundo o dicionário do sistema de informações sobre o Comércio Exterior, o IDE's compreende atividades controladas e organizadas por empresas (ou grupos de empresas) localizadas no exterior que possuem sede, onde encontram-se os principais responsáveis pela tomada de decisões. No contexto do setor manufatureiro, por exemplo, é convencionalmente considerado em função das operações da filial ou companhia subsidiária, controladas por sua matriz sediada em outro país.

Silva, Carvalho e Alves *apud* Suen e Kimura (1997), conceituam investimento direto no exterior como a transferência de conhecimentos e habilidades apresentadas por uma organização, com destino a um país diferente ao seu de origem, por meio de investimento direto, sem auxílio de parceiros, com o objetivo de gerar receitas advindas de outras fontes.

Sendo assim, o FMI, Fundo Monetário Internacional, distingue IDE's de investimentos indiretos estrangeiros da seguinte maneira:

Investimento direto é a categoria do investimento internacional, que reflete o objetivo e interesse duradouro em adquirir uma empresa residente em outra economia. (A entidade residente é o investidor direto e a empresa é o investimento direto na empresa). O interesse duradouro implica na existência de um relacionamento de longo prazo, entre o investidor direto e a empresa, e um grau significativo de influência pelo investidor na gerência da empresa.

Investimento direto compreende não somente a transação inicial estabelecida, pelo relacionamento entre o investidor e a empresa, mas como todas as transações subseqüentes entre eles e entre as empresas afiliadas, tanto as incorporadas quanto as não incorporadas.

Capital de investimento direto é aquele provido pelo investidor direto para um investimento direto na empresa ou recebido por um investidor direto de uma empresa. Os componentes das transações de um capital de investimento direto são: equivalência de capital, reinvestimento dos ganhos, e o capital associado com diversas transações de débito intercompanhias.

Portanto, entende-se que o IDE's, é um investimento internacional, ou seja, realizado entre países. O investidor que acredita que outra economia pode ser confiável e rentável, a longo prazo, adquire uma organização nacional ou inaugura nova filial de organização que possui sede em outro país.

No entanto a tomada de decisão acontece fora do país onde a organização é residente, assim se caracteriza um investimento direto estrangeiro. Faz-se necessário esclarecer neste momento que os IDE's se diferenciam dos investimentos indiretos estrangeiros, que segundo o FMI, são baseados em ativos permanentes das organizações, como por exemplo: investimento em carteira ou portfólio, investimento na compra de ações ou quotas, concessão de empréstimos ou contrato de negócios.

2.2 Determinantes Teóricas dos IDE's

Segundo Nonnenberg e Mendonça (2004) as determinantes empíricas mais relevantes são as citadas a seguir.

Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Hymer (1976), apresentam quatro vantagens competitivas para as organizações multinacionais, frente as nacionais, já que estas possuem maior *know how* sobre o mercado local. Uma das vantagens apontadas é a concorrência imperfeita dada, por exemplo, pela diferenciação no produto. Outra vantagem é a concorrência imperfeita no mercado de fatores como o acesso a conhecimento "patenteado" ou próprio, discriminação no acesso de capital ou ainda a diferença de capacitação. Outra vantagem competitiva é a economia de escala interna ou externa, inclusive as por integração vertical. Por último, a intervenção governamental com restrições a importações, que favorece as multinacionais situadas no país.

Ainda Nonnenberg e Mendonça (2004) acreditam que ocorrendo tais vantagens a favor da empresas multinacionais, elas preferem atender diretamente o mercado externo em vez de exportar.

Segundo a publicação dos Estudos da Competitividade do Turismo Brasileiro, a teoria de Hymer leva a crer que, empresas multinacionais investem em internacionalização para diminuir sua concorrência, tornando-se monopolista no segmento. Com essas medidas pretendem como impacto uma eficiência de suas fabricas estrangeiras.

Acredita-se que as vantagens apontadas por Hymer, levam as empresas multinacionais (EMN), a internacionalizar, tendo como principal motivo, a expansão de mercado. Outro fator importante é o custo de exportação *versus* atendimento de

mercado externo tendo planta fabril nestes países. A vantagem governamental incentiva uma redução de custo de produção, e a patente é a defesa de que somente a aquela EMN que possui o direito irá conseguir produzir e comercializar um produto único, assim podendo competir com empresas locais.

Outra teoria segundo Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Buckley e Casso (1967 e 1981) e Buckley e Ghauri (1991) que é baseada em custo de transição, quando a administração é feita por empresas diferentes. Minimizando o custo quando há integração dos mercados. O custo é reduzido pelo motivo de não terem de fazer a transferência de direitos de propriedade a tais empresas diferentes. Esses direitos podem ser patentes, *design*, marcas, *marketing*, inovação, etc.

Já Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Medina (2005) diz que a teoria de transação explica o investimento direto estrangeiro, como resultado do uso das suas vantagens de direito de propriedade, ao invés de ter um custo mais elevado, exportando tais direitos à outras empresas.

Acredita-se que o custo de transação dos direitos de propriedade intelectual é elevado pela burocratização do processo, e que portanto seria mais rápido, seguro, e também de custo menor realizar a abertura de uma empresa no exterior.

Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Dunning (1993) apresenta quatro motivos que levam as EMN a escolher um país estrangeiro para investir seu capital. Segundo ele elas buscam recursos, ativos estratégicos, novos mercados e eficiência.

Porém Alonso (1994) discorda dessa teoria, dizendo que ela não explica o decisão estratégica das EMN, pois estas se vêem obrigadas a internacionalizar se quando o meio envolvente a qual pertencem, gera demanda suficiente.

Acredita-se que as EMN buscam retorno sobre capital investido, expansão de mercado, entre outras vantagens que podem possuir ao tomar a decisão de instalar um negócio no país, diferente ao de origem. Porém, se acontece um fato relevante no mercado a qual atua, dependendo de investir em país que será hospedeiro de tal organização, então este será o motivo mais forte para que esta decisão seja tomada, já que em proporções de grau elevado, este fato seja de suma importância para a sobrevivência do negócio.

Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Vernon (1966) acrescenta afirmando que o ciclo de vida do produto interfere diretamente na decisão de internacionalização, sendo que, quando o produto surge, em sua fase de introdução,

a produção é baixa sendo mais viável, exportar o produto para demais países. Quando passa para a fase de crescimento, o nível de produção alavanca consideravelmente é necessário deslocar a produção para outro país, desde que haja como justificar o custo de transporte e barreiras aduaneiras, por exemplo. Na fase de amadurecimento, a produção se mantém estável sendo possível conseguir diversas vantagens em países em desenvolvimento a fim de fazer a transferência total desta produção. Na última fase o produto encontra-se em declínio, o nível de produção cai e fica mais atraente que seja realizado investimento em países em desenvolvimento transferindo maior porção da produção, para atender os países desenvolvidos realiza exportação.

Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Durán (1984), o modelo do ciclo do produto se limita pelo motivo de que a passagem do ciclo de introdução do produto para o de crescimento, é muito rápido, não havendo tempo hábil para o deslocamento da unidade fabril, mesmo que parcial para outro país.

Em concordância com a crítica feita por Durán (1984) sobre a teoria do ciclo do produto elaborada por Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Vernon(1966), em determinados segmentos os produtos tem um ciclo de vida muito curto, passando da introdução, para o crescimento de forma rápida, e assim que atinge o crescimento inicia o declínio, sendo totalmente inviável às EMN investir em novas plantas.

Nonnenberg e Mendonça (2004) *apud* Cantwell (2000) afirma que a principal vantagem para uma EMN internacionalizar se é utilizar o conhecimento específico de cada mercado, ampliando assim as vantagens das EMN se comparadas com empresas domésticas.

É relevante a vantagem competitiva para as EMN apresentada por Cantwell, pois existem diversos outros fatores que impactam na transferência ou abertura de nova unidade fabril em país hospedeiro. Os custos tem um peso grande, como mencionado por Buckley e Casso (1967 e 1981) e Buckley e Ghauri (1991) e também por Dunning (1993), ou então o fator macro, na qual a decisão de internacionalização deve ocorrer como ato de sobrevivência do negócio.

2.3 Fatores de Escolha dos Países para Recebimentos do IDE's

Moraes (2003) cita como fatores de atração de investimentos, o tamanho do mercado, de acordo com o PIB e a população. A variação do crescimento e o PIB per capita, políticas econômicas diretas e indiretas e ainda a disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra, políticas educacionais e a saúde que considera que estes são pontos chave, afetando diretamente a oferta e a qualidade dos produtos produzidos.

Gregory e Oliveira (2005) considera como fatores relevantes de atração de investimentos o ambiente econômico estável, a perspectiva de crescimento, a estabilidade cambial e a proteção de direitos e propriedade intelectual. Assim como a estabilidade política, tamanho e localização do mercado doméstico; disponibilidade de recursos naturais, infra-estrutura, capital humano, ética e integridade comercial.

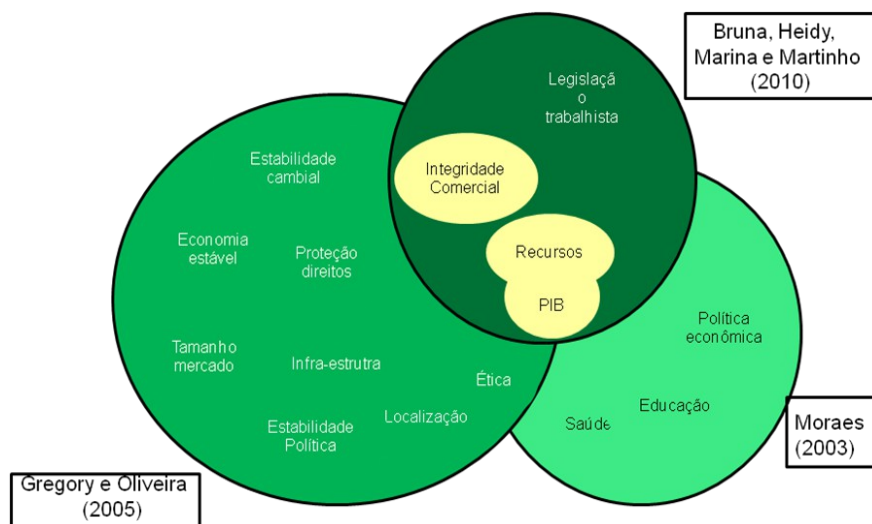
Já segundo UNCTAD (2000) *apud* Bruna ET AL (2010) os principais fatores observados por empresas transacionais no momento de viabilizar os IDE, são os recursos naturais, o tamanho do mercado doméstico, crescimento econômico e do incremento na produtividade. Também é levado em consideração o ambiente econômico regulatório estável, já que os investidores procuram transparência nas regras e processos públicos. A existência de um impedimento contra poluição de um sistema fabril, por exemplo, não é encarado por eles como impedimento já que tais investidores já estão acostumados a seguir altos padrões em seus países.

Também é citado como fator de decisão sobre o investimento em país estrangeiro, a liberdade para operar e transparência burocrática. A liberdade está ligada diretamente às decisões estratégicas, o que envolve muito a legislação trabalhista do país receptor, as limitações dos poderes dos sindicatos, enfim os investidores buscam o modelo trabalhista mais próximo a de seus países de origens, assim como buscam regiões, onde as relações governamentais trabalhem como assistenciais. Outro fator para atração de investimentos diretos, citado por estes autores é o risco para o ingresso, já que os investidores levam em conta para o risco, os custos gerados pela distância do país receptor e também os custos econômicos do empreendimento.

Ainda segundo Bruna, Heidy, Marina e Martinho (2010) *apud* Nassif(2003), ainda cita como fatores de atração de investimentos a estabilidade cambial, já que este está ligado diretamente com os lucros e dividendos que serão enviados à matriz. Assim se houver desvalorização da moeda do país receptor, o Estado pode tomar decisões que impactam diretamente na performance das EMN, como a elevação da

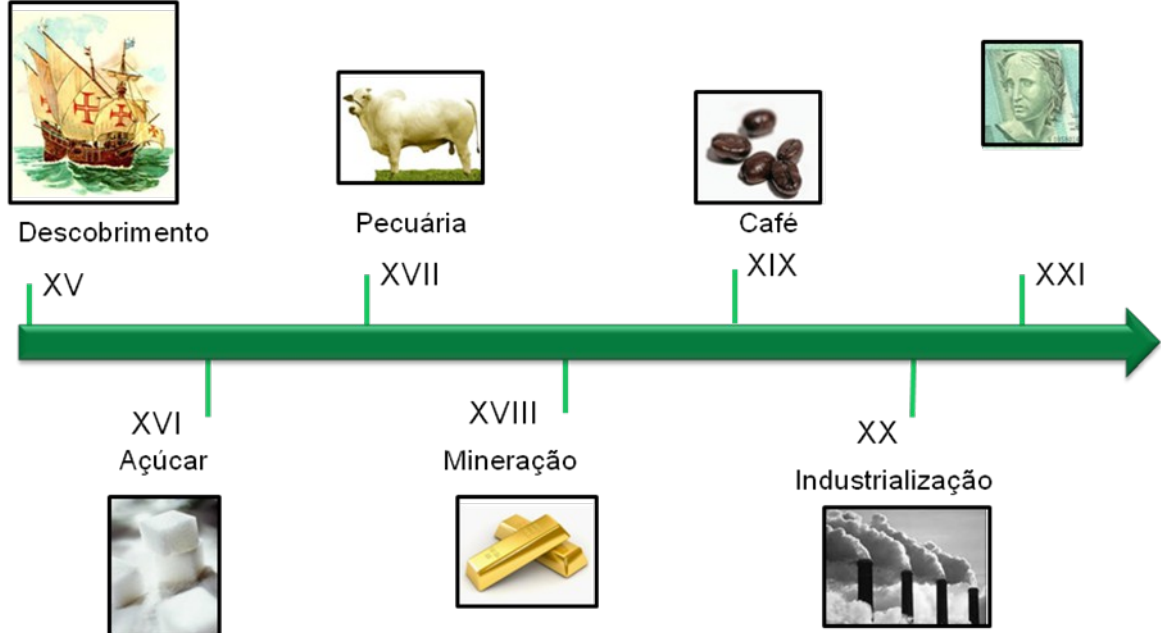
taxa básica de juros ou ajuste fiscal. Outro fator segundo esses autores é manutenção de contratos que são prestadoras de serviços públicos ou infraestrutura, sendo que se há risco de haver rompimento de contrato, revisão de contratos por parte de governos subseqüentes ao que efetivou. Ainda a alteração de tarifas, prejudicando o consumidor em caso de aumento, ou prejudicando o investidor em caso de redução, o que poderia inviabilizar o negócio. O esquema abaixo concentra as teorias sobre os fatores de escolha dos países para recebimento de IDE identificando seus pontos comuns, para maior entendimento, o leitor deve considerar os fatores em amarelo comuns entre as teorias apresentadas.

Figura1: Esquema Teorias Fatores de Escolha dos Países para Recebimento de IDE



Fonte: Elaborado pela Autora

O principal fator de atração de investimentos estrangeiros diretos é a taxa de crescimento deste, pois indica o nível de atividade econômica do país hospedeiro. Logo em seguida a política cambial, que é de suma importância, pois esta incide diretamente na remessa de dividendos e lucros que serão enviados à matriz. Subseqüente os investidores verificam as disponibilidades de recursos, políticas e



regras, localização geográfica, dentre outros fatores considerados também relevantes.

2.4 IDE: Agente Integrante na Formação da Economia do Brasil

Como pretende-se explicar adiante, os IDE's este ajudando a economia brasileira, desde suas primeiras atividades econômicas, até os dias de hoje, assim como ocorre em outras nações. Para tanto abaixo cada um dos momentos econômicos mais importantes e como estes receberam a influencia dos IDE's. Abaixo a ilustração representa em ordem cronológica os diferentes ciclos econômicos brasileiros.

Figura2: Linha do Tempo dos Ciclos Econômicos Brasileiros

Fonte: Elaborado pela Autora

2.4.1 Ciclo Econômico do Açúcar

A carta escrita para o Rei de Portugal, (anexo A), por Pero Vaz de Caminha, relata que em 22 de Abril do ano de 1500 chegavam ao Brasil, as treze caravelas portuguesas.

Nonnenberg (2003) diz que os investimentos diretos estrangeiros estão presente no Brasil desde essa época e que participou da acumulação de capital até meados do século XIX.

Segundo Celso Furtado (1959) assim que os portugueses chegaram ao Brasil e não encontraram os esperados metais preciosos, tiveram de encontrar então, outra forma de utilização econômica das terras americanas, pois somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessa terra recém descoberta.

Segundo Werner Baer (2003), no princípio do período colonial, durante o século XVI, o Brasil não era produtivo sob a ótica de Portugal. Embora o território adquirido pela Coroa portuguesa fosse imenso, não trouxe a esperada “sorte econômica”, obtida pelos espanhóis em suas conquistas do Peru e México, isto é, metais preciosos, com uma população ampla, estável e bem organizada, que poderia ser empregada na mineração e nos setores agrícolas de apoio. O território brasileiro era espessamente habitado por índios nômades que diminuía em número devido a doenças contraídas dos primeiros colonizadores portugueses e que não puderam ser facilmente submetidos à disciplina e treinados para o trabalho de plantio.

O nome Brasil originou-se de seu primeiro produto de exploração – o Pau Brasil. A casca dessa árvore, era utilizada como matéria corante na Europa, e sua colheita era uma atividade rudimentar, que não criou muitos povoados permanentes e setores complementares.

A surpresa ruim que Portugal teve em não encontrar no Brasil, os tão esperados metais preciosos, levou à exploração de outro tipo de matéria prima, que também fosse lucrativa no mercado Europeu. Já que a exploração era a atividade econômica que, não dependia de grandes investimentos, pois os índios poderiam ser usados como mão-de-obra escrava e os custos seriam apenas de transporte do produto e a defesa de território. Como mencionado por Celso Furtado (1959) desde a época do Brasil colônia, houveram investimentos de Portugal, mesmo este sendo por interesse mútuo em proteger as terras recém descobertas de ataques de outros povos.

Wener Bear (2003) diz que, o primeiro produto de exportação importante para o Brasil foi o açúcar. Seu cultivo foi induzido aproximadamente em 1520 e trazido aqui por usineiros imigrantes e comerciantes de açúcar, vindos de ilhas do Atlântico dominadas por Portugal. A rápida expansão do cultivo e da exportação do açúcar,

logo se transformou na primeira série de grandes ciclos de exportação primária que iriam dominar o crescimento econômico do Brasil até o século XX.

O açúcar era produzido na região da Zona da Mata, que possuía excelentes condições para o cultivo e tinha boa localização para embarque do produto para a Europa. Também facilitava o recebimento de mão-de-obra escrava africana. Os portugueses lançaram mão da importação de escravos africanos para trabalharem nas fazendas de açúcar.

Segundo Celso Furtado (1959) tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil, bem como no da importação da mão-de-obra escrava. O menos que se pode admitir é que, uma vez demonstrada a viabilidade da empresa e comprovada sua alta rentabilidade, a tarefa de financiar-lhe a expansão não haja apresentado maiores dificuldades. Poderosos grupos financeiros holandeses, interessados como estavam na expansão das vendas do produto brasileiro, seguramente terão facilitado os recursos requeridos para a expansão da capacidade produtiva. Mas não bastavam a experiência técnica dos portugueses na fase produtiva a capacidade comercial e o poder financeiro dos holandeses para tornar viável a empresa colonizadora agrícola das terras do Brasil.

É evidente que em seu primeiro grande ciclo econômico, o Brasil recebeu diversos recursos financeiro estrangeiros, em suas primeiras atividades. Tais recursos advindos de holandeses, segundo Celso Furtado(1959) para o financiamento das instalações necessárias para a produção de açúcar e também para a importação de mão-de-obra escrava. Porém, é claro, que Portugal também teve participação como financiador desta atividade. Segundo Wener Bear(2003) Portugal também importava mão-de-obra escrava para trabalhar nas fazendas produtoras de açúcar.

2.4.2 Ciclo Econômico da Pecuária

Wener Bear (2003) diz que, conforme o século XVII foi chegando ao fim, a atividade exportadora começou a enfraquecer. A queda nas exportações de açúcar não ocorreu devido à falta de melhorias tecnológicas no Brasil, pois o custo do açúcar brasileiro ainda era de 30% menor que o das plantações inglesas do Caribe. Mas a real causa do declínio foi o desenvolvimento de uma crescente quantidade da

oferta do produto nas colônias inglesas, holandesas, francesas, que tinham acesso preferencial aos respectivos mercados dos países de origem.

Segundo Mankiw (2001), é aplicável neste caso, a lei da demanda que acontece quando o preço do bem cai e a quantidade demandada aumenta.

Celso Furtado (1959) explica que o ciclo econômico da pecuária no Brasil, surgiu primeiramente como auxiliar ao da cana de açúcar, pois havia a necessidade da utilização de gados na movimentação das moedas de açúcar, por isso era considerada uma atividade dependente. Desta maneira a pecuária começa ganhar espaço como atividade econômica, porém com rentabilidade baixa. Comparada ao açúcar, possuía algumas vantagens como a não dependência de tantos investimentos, já que o gado se reproduz naturalmente. Havia uma redução no custo de mão-de-obra, já que os índios eram usados ao invés dos escravos, sendo um produto com demanda elástica, que segundo Mankiw (2001), acontece quando há uma queda no preço de um bem e a quantidade demandada aumenta, ou seja, se o preço da carne e do couro estivessem em queda, Portugal poderia manter o gado pastando, afim de reduzir a oferta, ocasionando aumento nos preços.

A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (2011) ilustra a participação de investimento português durante o desenvolvimento da pecuária, afirmando que a partir de 1534, com Martin Afonso de Souza, durante o primeiro governo geral do Brasil, trouxe os primeiro exemplares de gado tipo Europeu.

Os investimentos realizados por Portugal nesta época, foram menores se comparados aos realizados na atividade de plantio da cana de açúcar, pois a diferença é que, os lucros gerados para a Coroa pela exportação de gado e couro chegavam a 5% se comparado ao lucros obtidos pelo açúcar, segundo Celso Furtado (2003), fato este que baseia a proporcionalidade de investimentos portugueses.

2.4.3 Ciclo Econômico da Mineração

Celso Furtado (1959) diz que após a estagnação econômica advinda da agricultura, Portugal já não esperava outro milagre semelhante, e compreendeu claramente que a saída seria retomar a busca por materiais preciosos no Brasil.

Segundo Wener Bear (2003), o ciclo da mineração iniciou em 1690 com a descoberta de moedas na região de Minas Gerais e que apesar da falta de

comunicação, logo a notícia se espalhou e a região ficou repleta de migrantes que buscavam o metal precioso. O Brasil entre 1690 e 1760 foi responsável por metade da produção mundial no século XVIII.

Desde o descobrimento do país, já havia procura incansável pela descoberta das regiões onde pudessem encontrar ouro facilmente, e também a decadência da atividade agrícola, e o tímido início da atividade pecuária, intensificaram a atividade de mineração. Já que a mineração não dependia de qualquer tipo de investimento.

Wener Bear (2003) explica que o governo português inspecionava cuidadosamente as regiões de mineração a fim de não permitir a evasão do pagamento à Coroa, de um quinto do ouro, que era extraído em terras brasileiras. O ciclo do ouro terminou no fim do século XVIII quando as minas se esgotaram.

É perceptível que neste ciclo econômico não houve, investimento por parte de Portugal, e que com a arrecadação da quinta parte de todo o metal precioso que era extraído, em terras brasileiras. Somente aumentava o lucro da Coroa por meio de exploração das riquezas aqui presentes na época. Ou seja a exploração de Portugal se intensificara mais uma vez, toda atividade econômica gerada, antes de desenvolvida, tinha que provar o volume de rentabilidade que voltaria para o governo português. Sem interesse de investimentos e sem perspectivas de novas explorações, Portugal perde o interesse em controlar e defender o Brasil. Logo após esta constatação o país proclama sua independência.

2.4.4 Ciclo Econômico do Café

Segundo Celso Furtado (1959), logo após a independência do Brasil, a classe dominante da época, que havia se enriquecido por meio da agricultura tomou frente da economia brasileira. Desta maneira a nova classe dirigente, que antes não participava da comercialização no ciclo do açúcar, agora teria oportunidade de atuar no processo como um todo, na compra de terra, recrutamento de mão de obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica.

A decadência dos ciclos econômicos anteriores levou a esta classe a buscar uma alternativa para a economia brasileira. Era fato que seria difícil neste momento encontrar países que estivessem interessados em investir no Brasil, pois este

possuía uma economia estagnada. Assim seria mais fácil se buscassem uma alternativa agrícola para movimentar a economia brasileira. O café foi escolhido como novo produto para retomar o crescimento da economia brasileira.

Wener Bear (2003) afirma que, embora o café tenha sido introduzido no Brasil no início do século XVIII, ele foi cultivado primeiramente como uma especialidade, e era consumido principalmente nas residências e nos cafés das cidades europeias mais importantes. Com a melhoria dos padrões de vida europeia e na America do Norte, resultado do progresso ocasionado pela revolução industrial, o consumo do café intensificou-se rapidamente. Na quarta década do século XIX, o café era o principal item de exportação do Brasil.

Ainda segundo Celso Furtado (1959), no século XVII, o café compunha 18% das exportações e em 1840 já era o principal produto exportado com 40% das exportações. O clima do Brasil e também a área territorial, as mulas e escravos que já eram usados no açúcar, recursos que foram reaproveitados para a agricultura do café, tornaram o custo em investimentos com o café, menor que os realizados com o açúcar.

Porém com a assinatura da Lei Áurea, a liberdade concedida aos escravos, tornou o custo de produção do café maior, pois foi necessário contratar mão-de-obra assalariada: imigrantes europeus.

A crise de 1929 foi mundial e gerou conseqüências para o Brasil como a queda do preço do café que caiu 60% de seu valor. O Governo brasileiro na tentativa de recuperar os preços, compravam as produções de café para que os agricultores não parassem o plantio. Mas os estoques de café do Estado ficaram tão lotados que logo já não havia mais espaço para armazenagem. Além disso, também houve a desvalorização da moeda, que foi uma tentativa por parte do Estado em proteger a classe dominante que exportava a produção. Porém a conseqüência de todas as ações foi que o Brasil acabou com uma dívida externa muito pesada, arrecadando menos impostos com as exportações e gastando recursos financeiros com a compra das produções de café, segundo Celso Furtado (1959).

Nonnenberg (2003) diz que a partir da expansão da economia cafeeira houveram investimentos estrangeiros ingleses presentes no Brasil.

O fato do Brasil, iniciar o processo de plantio do café, o tornou independente financeiramente da coroa. Fez com que Portugal perdesse o interesse em investir no país. O investimento não seria mais rentável. Mas outros países visualizaram o

Brasil como opção de investimento, como a Inglaterra. O Brasil não tinha estrutura para dar horizontes à economia por si só, não haveria possibilidade alguma que pudesse fazer com que, o café fosse uma atividade econômica alavancadora de demais atividades. Se houvesse um plano de expansão do comércio local na época o Brasil sofreria em menores proporções com a crise de 1929.

2.5 Abertura Econômica Brasileira

Segundo Averbug, na década de 90 ocorreram mudanças significativas na política de comércio exterior brasileira. Caracterizando-se com o processo de abertura comercial no governo Collor e posteriormente no governo Fernando Henrique. O país adota medidas ora protecionistas, ora liberais a fim de administrar questões internas como déficit na balança comercial, vulnerabilidade de segmentos industriais, controle de preços, flutuações de câmbio, questões políticas e diplomáticas.

2.5.1 Processo de Industrialização

Segundo Celso Furtado (1959), com a decadência da economia cafeeira, a classe dominante migrou para outros bens agrícolas e outra parte para o setor industrial, que também sofreu com a crise de 29, mas em 1933 já havia se recuperado.

Já Bruno Godoi (2007) acredita que, no início do século XX, surgiram as primeiras atividades industriais no Brasil, concentrando-se nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, além das primeiras greves, destacando-se a de 1917 e 1919. Os empresários industriais tornaram-se atores importantes no cenário político e

passaram a dividir o poder com as oligarquias rurais. Essa industrialização tinha caráter contemporâneo e procurava produzir aqui os bens importados.

Ainda segundo Curado e Cruz (2008) *apud* Suzigan (1986), existem quatro possíveis causas para o começo do processo de industrialização no Brasil, a primeira delas trata o processo como resposta à economia local imposta pela Primeira Guerra Mundial, juntamente com a redução das importações. Uma segunda causa tem o café como alavancador das primeiras atividades industriais, sendo o capital excedente proveniente investido no setor industrial, este fato acontecia especialmente na época na qual o café enfrentava alta de preços internacionais. O autor ainda comenta que mesmo que se capital do café fosse empregado para o desenvolvimento da indústria, a capacidade de importações vinculadas à atividade cafeeira acabam por limitar a industrialização. Por fim Suzigan (1986) diz que a causa da industrialização do Brasil podem ter sido políticas adotadas pelo governo como a proteção tarifária e concessões de incentivos e subsídios.

Curado e Cruz (2008) diz que, entre o período de 1860 e 1933 houve rápido crescimento das atividades industriais pelo mundo, que concentravam-se em setores de bens de consumo não-duráveis e em menor proporção em bens de capital e intermediários, mas somente no ano de 1933 deu-se início no processo de industrialização no Brasil. A partir desse ano o crescimento da economia foi conseqüência da expansão do setor industrial, também ocorreu a diversificação da estrutura industrial e redução nas importações no setor de bens não-duráveis, assim o ritmo de crescimento já não se atrelava mais à demanda externa. Porém o câmbio ainda limitava tal expansão da atividade. A partir do ano de 1955 ocorre a execução do Plano de Metas, ampliando os horizontes da industrialização no Brasil, por meio de investimentos do governo brasileiro e também de capital internacional.

Ainda segundo Curado e Cruz (2008) *apud* Suzigan e Villela (1975) as indústrias têxteis, de vestuário e calçado, produtos alimentares, bebidas e fumo eram responsáveis por 70% da produção nacional. O crescimento da indústria brasileira seguia alta, porém do ano 1933 ao fim da Segunda Guerra Mundial em meio ao clima de instabilidade no mercado financeiro internacional e a hegemonia norte americana no contexto internacional a indústria brasileira tem sua taxa de crescimento reduzida. No ano de 1937 é notado considerável número de subsidiárias estrangeiras no Brasil, destacando os setores de produtos metálicos,

minerais não-metálicos, papel, aparelhos e equipamentos elétricos e tecidos sintéticos e químico em geral.

Assim os IDE's desempenharam papel secundário no período de industrialização do Brasil se comparados ao capital privado e estatal de origem nacional para desenvolvimento desta atividade, segundo Curado e Cruz (2008).

No processo de industrialização existe participação de investimentos diretos estrangeiros, porém estes não foram fundamentais para o desenvolvimento, expansão e diversificação desta atividade econômica brasileira. Como citado por Curado e Cruz (2008) a importância da participação dos IDE's na industrialização é reduzida se comparada ao capital nacional empregado, já que a indústria passou a concentrar em atender a demanda nacional em virtude das grandes guerras mundiais que aconteciam neste período.

2.5.2 Plano Real

Gregory e Oliveira (2005) *apud* Leila, Breyner e Joana, relatam que com o final da Segunda Guerra Mundial o Brasil se tornou grande receptor de IDE's, dentre os países situados na América Latina, até o início dos anos 80. Neste período o Brasil possuía uma dívida externa alta, o que não era bem visto por investidores estrangeiros, assim estagnaram-se os IDE's.

A dívida externa foi ocasionada por diversas tentativas do Governo brasileiro em tentar uma recuperação da economia cafeeira, por meio da compra de safras, a fim de que a demanda impactasse o preço no mercado externo. Também, os investimentos espessos realizados na época de industrialização, na tentativa de desenvolver a infra-estrutura fundando organizações estatais.

Já no início dos anos 90 foram tomadas medidas liberais com a finalidade de promover a abertura comercial do Brasil para o mercado externo. Foram removidos entraves burocráticos, a dívida externa foi renegociada e a carência em infra-estrutura em alguns setores específicos, como o de telecomunicações, onde empresas estatais prestavam serviços de forma exclusiva, foi marco para as privatizações destas organizações. Apesar da série de medidas tomadas para atrair investimento direto estrangeiro, ainda havia um empecílio, o descontrole

inflacionário que foi resolvido com a criação do Plano Real ainda segundo Leila, Breyner e Joana *apud* Gregory e Oliveira (2005).

Segundo a Receita Federal do Brasil, a partir da criação do Plano Real, a inflação foi dominada sem congelamentos de preços, confisco de depósitos bancários ou outros artificialismos da heterodoxia econômica. Em consequência do fim da inflação, a economia brasileira voltou a crescer rapidamente, obrigando o Ministério da Fazenda a optar por uma política de restrição à expansão da moeda e do crédito, de forma a garantir que, na etapa seguinte, o Brasil pudesse registrar taxas de crescimento econômico auto-sustentáveis, viabilizando a retomada do crescimento com distribuição da renda.

Pretende-se esclarecer a finalidade do Plano Real, para tanto a definição da inflação, que segundo Segundo Mankiw (2001), é o Índice de Preços ao Consumidor é uma medida do custo geral de todos os bens e serviços comprados por um consumidor típico.

2.5.3 Pós Plano Real

Segundo Gregory e Oliveira (2005), no ano de 1995 foi realizado o primeiro Censo pelo Banco Central a fim de apurar o montante de capital estrangeiro presente no Brasil. A pesquisa abrangeu 77% das EMN e foi apurado que na época havia cerca de US\$ 43 bilhões. Este fato foi encarado como retomada de investimentos após as medidas do Plano Real, juntamente com a criação do bloco econômico Mercosul que incentivou tais investimentos.

Porém no ano de 1999, o Brasil possuía taxas de juros elevadas, que como consequência fizeram a atividade econômica recuar, ficando assim, o país dependente de investimentos estrangeiros para saldar suas contas. Entre os anos de 1997 e 1998, ocorreram a crise russa e asiática, fato que levou os investidores a não aceitar riscos muito grandes, reduzindo os IDE's nessa época. Assim o país tomou uma medida a fim de flexibilizar a política cambial, permitindo competitividade com o mercado interno.

Ainda segundo Segundo Gregory e Oliveira (2005), no ano de 2000 os IDE's alcançaram US\$ 32,8 bilhões, uma forte retomada dos investimentos. Neste período acontecia no mundo diversas fusões e aquisições de empresas, e no Brasil o fato

das privatizações também surtia efeito para o volume de recebimento de investimentos estrangeiros.

Já no ano de 2001, houve queda de 40% dos IDE's de maneira geral, conseqüência da queda da Bolsa dos Estados Unidos, atentados terroristas e também as fraudes contábeis realizadas em EMN. No caso do Brasil ocorria a crise energética, o declínio das privatizações e também a instabilidade gerada pelo processo eleitoral, que poderia mudar as decisões governamentais. A partir daí entre os anos de 2002 a 2003 houveram pequenas oscilações no volume de IDE's recebidos no Brasil e no ano de 2004 ele apresentou uma melhora, chegando a US\$ 18,1 bilhões.

Segundo Pauletti (2007) afirma que, a partir do ano de 1994 os investimentos diretos estrangeiros se intensificaram no Brasil, principalmente pelo fato da concretização do Plano Real. No ano de 1995 aconteceu por conseqüência das privatizações, um aumento significativo nos IDE's. Já no ano de 1999, diz que o fator que determinou o fluxo dos investimentos estrangeiros foram as alterações da política cambial, a desvalorização da moeda brasileira e a queda na inflação.

E ainda, Alves e Luporini dizem que entre o período de 1996 a 2005 o Brasil, assim como outros países em desenvolvimento, tiveram variação de recebimento de investimentos direto estrangeiros relacionados com o surgimento de novas possibilidades de financiamento, no Brasil especificamente, a criação das linhas de crédito pelo BNDES.

As medidas adotadas pelo Plano Real, assim como as diversas privatizações decorrentes da época, impactaram diretamente o volume de investimentos estrangeiros recebidos. A crise em países em desenvolvimento como o Brasil, denominada crise asiática fez com que os investidores reavaliassem o risco ao investir em países classificados desta maneira, no período de 1997 e 1998. Por isso o Brasil na época lançou uma alteração na política cambial que passou a moeda a flutuante conforme o dólar. Dentre os anos de 2000 a 2003, a crise energética, a crise nos EUA e também o aumento expressivo das fusões e aquisições das empresas, fizeram os IDE's variar diretamente no Brasil. O BNDES pode ter impactado na variação do volume de recebimento dos IDE's no Brasil se houver uma conexão direta com as fusões e aquisições, pois estes disponibilizam linhas de crédito com taxas de juros menores para a realização de negócios considerados importantes para o país.

2.5.4 Programa Nacional de Privatização

Faz-se necessário explicar com maiores detalhes o movimento de privatizações no Brasil, já que a receita gerada pela compra de organizações estatais por capital estrangeiro é caracterizado como IDE's. Para tanto abaixo tenta esclarecer tais questões.

Segundo o BNDES, o Programa Nacional de Desestatização - PND, foi instituído com a Lei nº 8.031, de 12.04.90. Foi nesta época que a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. Naquela época, foram concentrados esforços na venda de estatais produtivas, pertencentes a setores estratégicos, o que permitiu a inclusão de empresas siderúrgicas, petroquímicas e de fertilizantes no PND. Entre 1990 e 1994, o governo federal desestatizou 33 empresas, sendo 18 empresas controladas e 15 participações minoritárias da Petroquisa e Petrofértil. Com essas alienações o governo obteve uma receita de US\$ 8,6 bilhões que, acrescida de US\$ 3,3 bilhões de dívidas que foram transferidas ao setor privado, alcançou o resultado de US\$ 11,9 bilhões.

A partir de 1995, com o início do governo Fernando Henrique Cardoso, foi conferida maior prioridade à privatização. O PND é apontado como um dos principais instrumentos da reforma do Estado.

Ainda, segundo o BNDES um dos principais objetivos do PND tem sido o de proporcionar uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à sociedade brasileira, através de aumento de investimentos a serem realizados pelos novos controladores.

Como já mencionado, as privatizações tiveram um reflexo na variação de recebimento de investimentos diretos estrangeiros no período de 1990 a 1995, no Brasil.

3. METODOLOGIA

Para Moresi (2003) *apud* Gil (1999) pesquisa como o processo de desenvolvimento do método científico, com a finalidade de buscar respostas para problemas, empregando métodos científicos.

A seguir será apresentado a metodologia usada para a realização desta pesquisa.

3.1 Classificação quanto à ciência

Segundo Bonat (2009) a pesquisa teórica tem como principal característica o uso de documentos e material bibliográfico a fim de responder o problema.

Machado (2007) *apud* Bonin (2005) fala que a pesquisa teórica busca conceitos de autores para auxiliar o entendimento do problema em questão. Fazendo seleção, estudo e reflexão de materiais.

A partir das definições acima, compreende-se que a ciência da metodologia usada para esta pesquisa é teórica. Sendo que, esta foi elaborada por meio de

documentos e material bibliográfico, por se tratar de levantamento de dados históricos. Já que não seria possível medir tais fatos na prática, ou de forma empírica.

3.2 Classificação quanto à natureza

Andrade (2003) afirma que a pesquisa de natureza, resumo de assunto é o mais comum. Já que esta natureza, possibilita ao estudante ampliar a bagagem cultural, assim prepara-o para desenvolver no futuro pesquisas mais abrangentes e originais.

A definição acima, identifica a metodologia de natureza, resumo de assunto. Esta é a natureza usada nesta pesquisa pois, não se trata de um estudo empírico, e sim uma análise de um tema já pesquisado por outros autores.

3.3 Classificação quanto ao objetivo

Moresi(2003) defini como pesquisa explicativa, a investigação que tem o objetivo principal de tornar algo inteligível, justificando os motivos. Assim esclarece os fatores incidentes para a ocorrência de fenômeno específico.

Ao olhar de Raupp e Beuren *apud* Andrade (2002), a pesquisa explicativa procura o porquê dos fatos. Para tanto registra, analisa, classifica, interpreta os fenômenos estudados além de identifica os fatores determinantes.

A partir das definições acima, compreende-se que o objetivo da metodologia usada para esta pesquisa tem caráter explicativo. Pois, este estudo procura esclarecer o motivo, as variáveis, determinantes que causaram a variação de volume dos investimentos recebidos pelo Brasil, desde seu descobrimento até o ano de 2002.

3.4. Classificação quanto ao procedimento

Segundo Biaggini *apud* Andrade (2001) pesquisa de fonte de papel é um procedimento de pesquisa bibliográfica e documental.

A definição acima confirma o procedimento da metodologia desta pesquisa, já que esta é realizada por meio de documentos, como artigos científicos e livros.

3.5 Classificação quanto ao objeto

Moresi (2003) definiu pesquisa bibliográfica como o estudo que tem com base material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral. Fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas também pode esgotar-se em si mesma. O material publicado pode ser fonte primária ou secundária.

Raupp e Beuren *apud* Gil (1999), explicam a pesquisa bibliográfica como aquela elaborada exclusivamente a partir de fontes bibliográficas, principalmente livros e artigos científicos.

A partir das definições acima, compreende-se que o objeto da metodologia usada para esta pesquisa é bibliográfica. Pois sua essência é realizada a partir de documentos, como livros, artigos científicos já elaborados por outros autores. Apenas é feita a evolução, refinamento de conceitos já elaborados.

3.6. Classificação quanto à forma de abordagem

Moresi (2003) descreve pesquisa qualitativa como aquela que considera que há uma relação dinâmica entre o mundo.

Raupp e Beuren *apud* Richardson (1999), diz que a abordagem qualitativa da metodologia de pesquisa, descreve a complexidade de um problema, a partir da análise de diversas variáveis.

A partir das definições acima, compreende-se que a abordagem da metodologia usada para esta pesquisa é qualitativa. Porque faz-se análise de variáveis, procurando atingir o objetivo. Apesar do levantamento de dados numéricos, que procuram responder à questão pesquisa, estes não são suficientes para caracterizarem a abordagem da pesquisa como quantitativa.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Neste capítulo será apresentado os resultados da pesquisa exploratória. Por meio de um levantamento de dados, obtidos com o Banco Central do Brasil (BACEN) e também do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a finalidade de buscar resposta a fim de identificar o setor da economia brasileira que mais recebeu volume de IDE bem como o país que mais enviou IDE ao Brasil.

Devido aos relatórios emitidos pelo BNDES compreende os anos de 1990 à 2002, esta pesquisa compreende do ano de 1995 até 2004 , não havendo nenhuma outra fonte para sustentar os conceitos. A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa.

4.1 Setores Econômicos *versus* Recebimento de IDE's

Por meio dos dados obtidos com o BACEN, nos anos de 1995 até 2004 o Brasil recebeu a quantia de US\$ 218387,855 milhões, em forma de IDE,

provenientes de diversos países. Este volume total de IDE recebidos pelo país apresenta-se separado por setores da economia, conforme tabela abaixo:

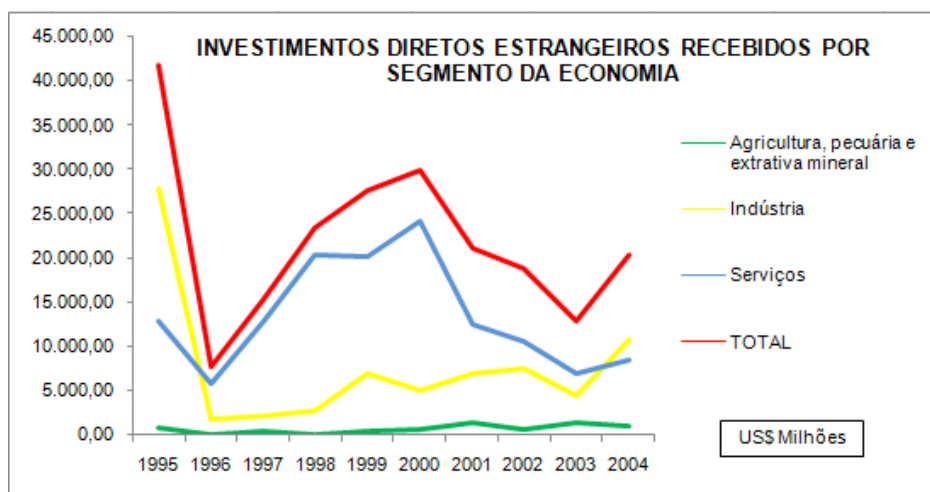
Quadro 1. IDE's recebidos por segmentos da economia brasileira

Investimentos Diretos Estrangeiros recebidos por segmentos da economia brasileira (US\$ Milhões)										
Setores	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Agricultura, pecuária e extrativa mineral	924,99	110,58	456,03	142,42	422,52	649,44	1493,5506	637,85524	1487,0144	1072,8172
Indústria	27.907,09	1.740,02	2.036,50	2.766,41	7.002,32	5.070,18	7000,975	7555,2998	4506,0218	10707,821
Serviços	12.863,54	5.814,89	12.818,43	20.361,94	20.147,05	24.156,75	12547,17	10585,148	6909,3701	8484,7021
TOTAL	41695,6237	7665,4923	15310,95182	23270,7752	27571,89261	29876,37334	21041,696	18778,303	12902,406	20265,341

Fonte: Elaborado pela Autora.

Os dados da tabela acima podem ser expressos por meio de um gráfico, a fim de identificar melhor os recebimentos de IDE's na economia brasileira.

Gráfico 1. IDE's recebidos por segmentos da economia brasileira



Fonte: Elaborado pela Autora

Como pode-se perceber, por meio dos dados apresentados, o setor de serviços foi o qual recebeu maior volume de IDE durante o prazo estudado desta pesquisa. Em seguida o setor da indústria e o setor que apresentou menor volume de recebimento de IDE foi o de agricultura, pecuária e extrativa mineral.

Na composição do segmento de serviços, ainda levantou-se os segmentos no qual tais investimentos foram direcionados com maior expressividade, conforme a

tabela abaixo:

Quadro 2. Recebimento IDE no Setor de Serviços

Recebimento IDE no Setor de Serviços (US\$ Milhões)				
Ano	TOTAL	Atividade Economica	Recebido	%
1995	41695,62	Serviços prestados principalmente às empresas	4952,7	11,9%
1996	7665,49	Serviços prestados principalmente às empresas	2015,89	26,3%
1997	15310,95	Serviços prestados principalmente às empresas	5350,76	34,9%
1998	23270,77	Serviços prestados principalmente às empresas	6217,48	26,7%
1999	27571,89	Correio e telecomunicações	8119,62	29,4%
2000	29876,37	Correio e telecomunicações	10914,04	36,5%
2001	21041,69	Correio e telecomunicações	4130,48	19,6%
2002	18778,3	Correio e telecomunicações	4190,41	22,3%
2003	12902,4	Correio e telecomunicações	2809,02	21,8%
2004	20265,34	Correio e telecomunicações	2970,46	14,7%

Fonte: Elaborado pela Autora

A partir da tabela acima, é notório que as atividades de serviços prestados principalmente as empresas de correio e telecomunicações foram as que mais receberam volume dos investimentos direto estrangeiros no setor de serviços.

Já no ano de 1995 ocorre a popularidade do sistema operacional Microsoft, juntamente com o lançamento do Windows 95,. Paralelamente o Ministério das Comunicações e das Ciências e Tecnologia libera a operação comercial da internet no Brasil. Estes fatos levaram empresas a adquirirem computadores, softwares e serviços de internet como ferramentas de trabalho, explicando o foco de investidores na atividade de serviços prestados por estas empresas, já que os computadores adquiridos tem necessidade de manutenção de serviços.

Por fim, no ano de 1999 foi lançada a internet de alta velocidade e o Brasil com 2,2 milhões de usuários, atraindo um volume expressivo de investimentos direto estrangeiros para a atividade de correio e telecomunicações, onde muitas empresas surgiram com a intenção de prestar o serviço de internet.

4.2 Participação IDE nas privatizações

A receita derivada das privatizações ocorridas nos períodos de 1990 a 1994 a 1995 a 2002 , por capital estrangeiro é caracterizada como IDE. Assim abaixo a participação dos IDE nas receitas geradas pela venda de organizações estatais:

Quadro 3. Participação IDE nas Privatizações

Participação IDE nas Privatizações (US\$ Milhões)		
Período	1990/1994	1995/2002
Total Receita Privatizações	8608	78614
Capital Estrangeiro	398	41737
Percentual	5%	53%

Fonte: Elaborado pela Autora

Os dados da tabela acima podem ser expressos por meio de um gráfico, a fim de ilustrar melhor a participação dos IDE nas Privatizações.

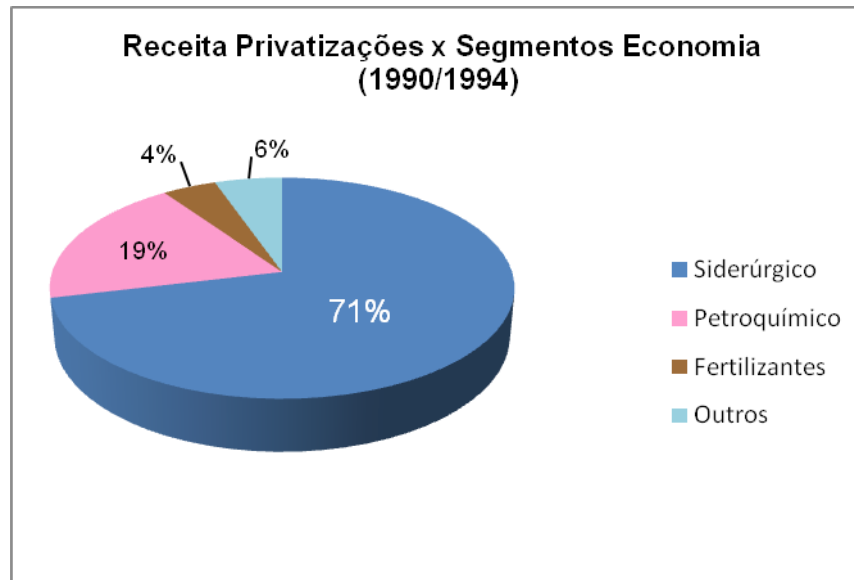
Gráfico 3. Participação IDE nas Privatizações
Fonte: Elaborado pela Autora



A partir dos dados acima apresentados, observa-se que a participação dos IDE's nas privatizações apresentou maior expressividade no período de 1995 a 2002, fato que pode ser caracterizado pelo esforço do Estado em fazer das privatizações um instrumento de reforma econômica.

Com a finalidade de verificar as atividades econômicas que obtiveram maior impacto na privatizações. O gráfico abaixo apresentará o peso de cada atividade por receita de venda gerada no período de 1990 a 1994.

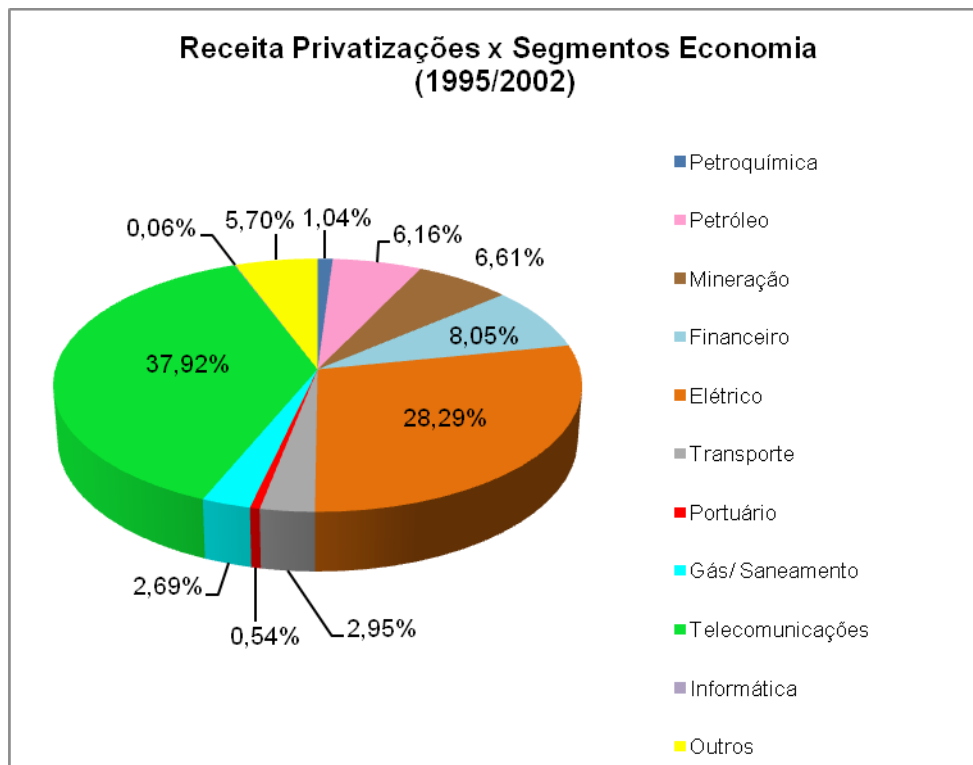
Gráfico 4. Receita Privatizações x Segmentos Economia (1990/1994)



Fonte: Elaborado pela Autora

O próximo gráfico apresentará o peso de cada atividade por receita de venda gerada no período de 1995 a 2002.

Gráfico 5. Receita Privatizações x Segmentos Economia (1995/2002)



Fonte: Elaborado pela Autora

Conforme os gráficos apresentados, dentre os anos de 1995 a 2002 novamente a atividade de telecomunicações se destaca e justifica tal peso, pela popularidade da internet, oportunidade esta observada por investidores estrangeiros. Um exemplo de empresa estatal de telecomunicações, adquirida por capital estrangeiro, foi o caso da Telesp, que foi incorporada pela Telefônica.

Já o gráfico que cita o período de 1990 a 1994, tem a atividade de siderurgia como mais impactante, porém como a participação dos IDE é apenas de 5% neste período, não há possibilidade de interligar esta atividade como privatizada por meio de capital estrangeiro.

4.2.1 Case Telefônica

A organização Telefônica, atualmente incorporada pela Vivo, é atualmente uma das maiores companhias de telecomunicações do mundo. Presente em 24 países, tem como principais mercados a Espanha e América Latina, onde já possui 65 milhões de clientes, considerando uma base de 500 milhões, sua participação chega a 13%.

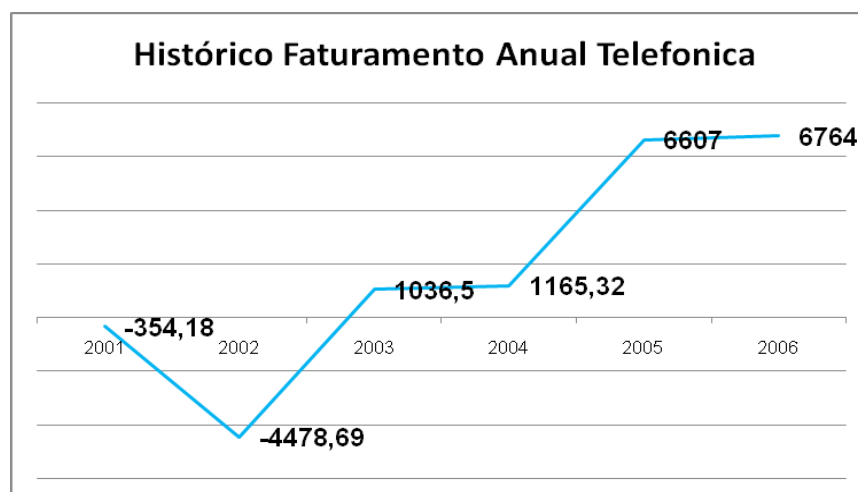
Presente no Brasil desde o ano de 1996 por meio da aquisição da estatal Companhia Rio-grandense de Telecomunicações. Atua no estado de São Paulo, oferecendo serviço de telefonia fixa, onde detém quase 100% dos clientes, e nos estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Espírito Santo e Sergipe oferece o serviço de telefonia móvel. Além destes serviços a Telefônica dispõe para grande parte da população brasileira, serviços como transmissão de dados, soluções integradas de voz, dados e imagens, além de serviços de internet, dentre outros.

No ano de 1998 o sistema Telebrás de telefonia fixa foi adquirido também pela Telefônica, assim como a Tele Centro Sul, Brasil Telecom foi adquirido pela Telecom Itália, além destes bons exemplos de privatizações no setor de telecomunicações, também existe a venda da Embratel no ano de 2004 para uma organização mexicana, denominada Telmex. Vale ressaltar novamente a presença do Investimento Direto Estrangeiro nestas privatizações à empresas com controles estrangeiros.

A Telefônica conseguiu reduzir em 93,15% as reclamações registradas contra ela, porém ao mesmo tempo alcançou um crescimento em clientes de 28,4%.

Abaixo o lucro/prejuízo apresentado pela empresa nos últimos 5 anos:

Gráfico 6. Histórico Faturamento Anual Telefônica



Fonte: Elaborado pela Autora

Como pode ser verificado, nos 5 anos analisados a Telefônica apontou lucro de 10.739,95 milhões de euros, incluindo as atividades realizadas no Brasil.

O caso da aquisição da Telesp é considerado investimento direto estrangeiro, já que uma organização multinacional de origem espanhola, a

Telefônica, realizou o investimento em uma empresa brasileira, acreditando na economia local a longo prazo. Além disso, como a Telesp era uma organização estatal, esta aquisição se enquadra nos modelos do programa de privatização do governo brasileiro. Também este caso se encaixa, nos resultados obtidos anteriormente, em que o setor de telecomunicações foi o que recebeu maior volume de IDE's no período avaliado.

4.3 Países com maior participação no envio de IDE para o Brasil

A economia brasileira, no período de 1995 a 2004 atraiu o interesse de investidores, por meio de ações como a abertura comercial, as privatizações, o ajuste cambial e a queda na inflação. Diversos países enviaram recursos financeiros ao Brasil como consequência destas ações. Abaixo uma tabela que mostra os dois países, por ano, que enviaram maior volume de IDE ao país:

Quadro 4. Países com maior participação no envio IDE ao Brasil

Países com maior participação no envio IDE ao Brasil (us\$ Milhões)				
Ano	TOTAL	Países	Enviado	%
1995	41695,62	Estados Unidos	10852,18	26%
		Alemanha	5828,04	14%
1996	7665,49	Estados Unidos	1975,37	26%
		França	969,93	13%
1997	15310,95	Estados Unidos	4382,33	29%
		Ilhas Cayman	3382,87	22%
1998	23270,77	Espanha	5120,22	22%
		Estados Unidos	4692,46	20%
1999	27571,89	Estados Unidos	8087,61	29%
		Espanha	5702,19	21%
2000	29876,37	Espanha	9592,86	32%
		Estados Unidos	5398,71	18%
2001	21041,69	Estados Unidos	4464,93	21%
		Espanha	2766,58	13%
2002	18778,3	Países Baixos	3372,46	18%
		Estados Unidos	2614,57	14%
2003	12902,4	Estados Unidos	2382,748	13%
		Ilhas Cayman	1909,58	15%
2004	20265,34	Países Baixos	7704,84	38%
		Estados Unidos	3977,83	20%

Fonte: Elaborado pela Autora

Verificando a tabela acima, é perceptível que os países que tem maior participação em volume de envio de IDE ao Brasil, em ordem decrescente são o Estados Unidos, que enviou a quantia de \$ 48000 milhões, a Espanha, que enviou \$ 23000 milhões, os Países Baixos, que enviou \$ 11 milhões, a Alemanha e as Ilhas Cayman enviaram \$ 5 milhões cada e a França que enviou \$ 96900 mil. Valores referentes ao período compreendido, 1995 à 2004.

Estes países, assim como demais países localizados no continente europeu, tiveram e ainda tem visão focada no mercado, a estabilidade e crescimento da economia e a melhoria dos indicadores sociais do Brasil, além de possuírem maior disponibilidade de recursos para investimentos, do que demais países. Estes então enviam investimentos diretos estrangeiros em forma de empresas multinacionais. Como exemplos de EMN's européias e americanas com filiais instaladas em território brasileiro podem ser citadas: Monsanto (EUA) e Whirlpool (EUA), fabricante Brastemp e Consul, Telefonica (Espanha), Unilever (Inglaterra e Holanda), Volkswagem (Alemanha), Nivea (Alemanha), SAP (Alemanha), Nestlé (Suíça), dentre outras.

5. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada pretendeu esclarecer o assunto IDE (investimento direto estrangeiro), detalhando o mecanismo utilizado para que este ocorra. Portanto foi necessário, compreender o que são os IDE's, o que leva um país a praticar o IDE e quais os fatores de escolha de outra economia. Somente assim seria possível ao leitor identificar o motivo da variação dos IDE's recebidos pelo Brasil no período avaliado e como este teve influência sobre sua economia.

A partir de uma pesquisa teórica, realizada por dados bibliográficos, verificou-se que no levantamento de material, como artigos e livros, nenhum destes tinham compreendido a análise da presença dos IDE no Brasil desde o seu descobrimento até o ano de 2002. Fez-se então necessário tal investigação, já que o país, não tendo recursos próprios, somente poderia iniciar suas atividades econômicas com um investimento inicial.

Como resultado obtido, o Brasil recebeu IDE's desde seu descobrimento. Ainda como colônia e nas primeiras atividades econômicas recebeu investimentos diretos estrangeiros, porém em paralelo com os interesses da metrópole e outros

países em obter lucro advindo destas. Após a independência, o Brasil já possuía grupo de investidores internos, que ajudou a movimentar suas atividades, porém mesmo assim continuava recebendo IDE's mas em menor escala, cenário que somente alterou-se após a criação do Plano Real, onde a economia brasileira, se tornou mais estável e consistente, passou a ter controle da inflação e tornou o cambio flutuante, além de realizar a abertura econômica e acelerar o processo de privatização de diversas organizações estatais. Após este grande impacto positivo, o Brasil ainda sofreu variações no volume de recebimento de IDE, por diversos fatores negativos como incertezas sobre novos governos, crises russa e asiáticas, o aumento significativo da dívida externa do país e a crise na Bolsa de Valores dos Estados Unidos.

A partir de dados provenientes do Banco Central do Brasil foi possível verificar que, no período de 1995 a 2004, época em que o Brasil passava pelo forte movimento das privatizações, as atividades econômicas que mais obtiveram destaque em volume de IDE recebido foram o de serviços prestados principalmente à empresas e correio e telecomunicações, fato este que foi firmado com dados obtidos pelo BNDES, que indicaram o setor de telecomunicações como o que mais se privatizou, sendo que 53% do capital obtido das privatizações foi estrangeiro, assim como o caso de aquisição da Telesp pela Telefônica, que ilustra o envolvimento entre os IDE's as privatizações no setor das telecomunicações.

Aqui pode ser apontada uma dificuldade da pesquisa, já que existem diversas fontes que citam o volume de recebimento de IDE no Brasil, porém somente uma fonte destas o Banco Central do Brasil é totalmente confiável e apenas possuía relatórios com dados até o ano de 2004, assim não houve possibilidade de estender o período analisado. Assim como, não houveram dados suficientes para analisar outros casos de aquisições de organizações estatais por EMN's do setor de telecomunicações.

Os IDE's devem ser encarados como uma ferramenta da economia, já que torna possível às EMN diversificarem o mercado de abrangência, aquisição de know-how, diminuição de custos de produção, e ao país receptor torna viável o crescimento de sua economia por meio de capital estrangeiro recebido.

O Brasil sofreu variações no volume de recebimento de IDE e ainda sofrerá, por ser um país ainda em desenvolvimento, diversos fatores internos podem causar

dúvidas às EMN, porém ser um país desenvolvido não será a fuga desta variação, já que ainda terá de conviver com os fatores influenciadores da economia mundial.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.D. O. e LUPORINI, V. Determinantes do Investimento Privado no Brasil: Uma análise de painel setorial. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807180905220-.pdf>. Acesso em: 14 de Outubro de 2012.

AVERBUG, A. Abertura e Integração Comercial Brasileira na década de 90. Disponível em: http://www.bndespar.com.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimentolivro/eco90_02.pdf

BAER, W. A Economia brasileira. 1 Edição. NBL Editora, 2003. 510 páginas.

BONAT, D. Metodologia de Pesquisa. 3a. Ed. Curitiba, Abr. 2009. Disponível em: <http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24046.pdf> . Acesso em 14 de Novembro de 2012.

BRAZILIAN CATTLE. Disponível em: <http://www.braziliancattle.com.br/novo/?conteudo,12>. Acesso em: 25 de Agosto de 2012.

CONTAS ANUAIS E INFORME DE GESTÃO TELEFÓNICA, S.A. Setembro de 2002. Disponível em: http://informeannual.telefonica.es/upload/por/capitulos/cuentas_informe_Telefonica_por.pdf. Acesso em 04 de Março de 2013.

CONTAS ANUAIS E RELATÓRIO DE GESTÃO TELEFÓNICA, S.A. Correspondentes aos Exercícios 2004 Telefónica S.A. Setembro de 2004. Disponível em: http://informeannual.telefonica.es/upload/por/capitulos/09_2004canualtelefonicaindividual.pdf. Acesso em: 04 de Março de 2013.

CURADO M., CRUZ M. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. Revista Economia Contemporanea. Rio de Janeiro, Set. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n3/01>. Acesso em 01 de Junho de 2013.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E RELATÓRIO DA GESTÃO CORRESPONDENTES AO EXERCÍCIO DE 2002. 2002. Disponível em: http://informeannual.telefonica.es/upload/por/capitulos/anexo3_consolidado_individual.pdf. Acesso em 04 de Março de 2013.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADOS. 2005. Disponível em: <http://informeannual.telefonica.es/upload/por/capitulos/07InformeFinanciero2005por.pdf>. Acesso em 04 de Março de 2013.

DICIONÁRIO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em http://www.sice.oas.org/dictionary/IN_p.asp. Acesso em: 18 de Agosto de 2012.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 32 Edição. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005. 236 páginas.

GAVA, R. e VIDAL, W.J.R. Sistema de Inovação em Nível de Firma: Evidências de uma iniciativa no Mercado Brasileiro de Telecomunicações. Jan/Abr. 2009. Disponível em: http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_820.pdf. Acesso em 21 de Março de 2013.

GRACIOSO, A. Telefônica: anos difíceis pela frente. Revista ESPM. Ed. Setembro/Outubro 2001. Disponível em: http://acervo-digital.espm.br/revista_da_espm/2001/set_out/casotelefonica.pdf. Acesso em 24 de Março de 2013.

GREGORY, D. e OLIVEIRA, M.F.B.A. O Desenvolvimento de Ambiente Favorável no Brasil Para a Atração de Investimento Estrangeiro Direto. 2005. Disponível em: <http://www.wilsoncenter.org/sites/default/files/brazil.atracaodelED.pdf>. Acesso em: 10 de Outubro de 2012.

HAGUENAUER, L.; BAHIA, L.D.; CASTRO, P.F. e RIBEIRO, M. B. Evolução das Cadeias Produtivas Brasileiras na Década de 90. Texto para discussão N.786, Brasília, Abr.2001. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0786.pdf. Acesso em: 07 de Setembro de 2012.

MACHADO, D. Aprendendo Metodologia Sob Olhar de um Principiante em Pesquisa. Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação. Ano VIII. No.8. pág 96 a 107. Out.2007. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/rastros/article/viewFile/5519/5032>. Acesso em: 30 de Novembro de 2012.

MANKIW, N. G. Introdução à economia: Princípios da Micro e Macroeconomia. 2 Edição Americana. Campus Editora, 2001. 832 páginas.

MATTOS, L. B. e CASSUCE, F.C.C. e CAMPOS, A. C. Determinantes dos Investimentos Estrangeiros no Brasil: 1980 - 2004. R.Econ.Comtep., Rio de Janeiro, Abr.2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rec/v11n1/a02v11n1.pdf>. Acesso em: 24 de Agosto de 2012.

MELO, G.M. e JÚNIOR, W.R. Determinantes do Investimento Privado no Brasil: 1970 - 1995. Texto para discussão N.605, Brasília, Nov.1998. Disponível em: http://ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0605.pdf. Acesso em: 03 de Setembro de 2012.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Acordos Multilaterais. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/intern.php?area=5&menu=2530>. Acesso em: 18 de Agosto de 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Privatização no Brasil. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/Priv_Gov.PDF. Acesso em: 09 de Novembro de 2012.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>. Acesso em: 17 de Setembro de 2012.

MINISTÉRIO TURISMO. A Internacionalização de Empresas de Capital Brasileiro e as Perspectivas para o Setor de Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_/ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/A_INTERNACIONALIZAxO_DE_EMPRESAS_DE_CAPITAL_BRASILEIRO_E_AS_PERSPECTIVAS_PARA_O_SETOR_DE_TURISMO.pdf. Acesso em: 26 de Outubro de 2012.

MORAES, B. ; RAMOS, H. R. ; SOARES, M. C. ; ALMEIDA, M. I. R. Fatores Determinantes Para a Entrada de Investimento Estrangeiro Direto no Setor Sucroalcooleiro do Brasil. 2010. Disponível em:

<http://www.ead.fea.usp.br/eadonline/grupodepesquisa/publica%C3%A7%C3%B5es/Heidy/24.pdf>. Acesso em: 21 de Outubro de 2012.

MORESI, E. Metodologia de Pesquisa. Brasília, Mar 2003. Disponível em: <http://www.inf.ufes.br/~falbo/files/MetodologiaPesquisa-Moresi2003.pdf>. Acesso em: 28 de Novembro de 2012.

NONNERBERG, M.J.B. Determinantes dos Investimentos Externos e Impacto das Empresas Multinacionais No Brasil: As décadas de 1970 e 1990. Texto para discussão N.969, Rio de Janeiro, Ago.2003. Disponível em: http://fulltext.cibera.de/fulltext/4/4708/pub/td/2003/td_0969.pdf. Acesso em: 26 de Setembro de 2012.

NONNERBERG, M.J.B e MENDONÇA, M. J. C. Determinantes Investimentos Diretos Externos em Países em Desenvolvimento. Texto para discussão N.1016, Rio de Janeiro, Mar.2004. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1016.pdf. Acesso em: 30 de Agosto de 2012.

PAULETTI, S. Investimento Direto Estrangeiro no Brasil: Fatores determinantes, análises da distribuição setorial e por país de origem, no período de 1995 a 2005. Novo Hamburgo, Mai. 2007. Disponível em: <http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaSolangePauletti.pdf>. Acesso em: 21 de Outubro de 2012.

PORTAL FOLHA ONLINE. Saiba como foi a privatização da Telebrás em 1998. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u427127.shtml>. Acesso em 24 de Março de 2014.

PORTAL TERRA TECNOLOGIA. Anos 90: o desenvolvimento da internet no Brasil Disponível em: <http://tecnologia.terra.com.br/internet10anos/interna/0,,OI541825-EI5026,00.html>. Acesso em 12 de Dezembro de 2012.

PORTAL UFPA. Computador e Internet: 1990-1999. Disponível em: <http://www.ufpa.br/dicas/net1/int-h199.htm#1999>. Acesso em 11 de Dezembro de 2012.

RAUPP, F. e BEUREN, I. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. Disponível em: http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf. Acesso em: 29 de Novembro de 2012.

REVISTA ISTOÉ DINHEIRO. O paraíso das multinacionais. Disponível em: http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/55745_O+PARAISO+DAS+MULTINACIONAIS. Acesso em 09 de Janeiro de 2013.

SÁNCHEZ, A. V. e CAMACHO, E.G.S. Internacionalização Empresaria: Um modelo explicativo do modelo de entrada. Disponível em: http://www.uhu.es/alfonso_vargas/archivos/Artigo_Encontros_Cientificos_3.pdf. Acesso em: 20 de Outubro de 2012.

SILVA, L.V; CARVALHO, B.E.S. e ALVES, J.D. Estratégias e Motivações de Investimento Direto no Estrangeiro: O caso INAEL do Brasil. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/gestaoesociedade/article/viewFile/621/569>. Acesso em 11 de Outubro de 2012.

TELEFÓNICA EM 2006: Resultados janeiro-dezembro 2006. 2006. Disponível em: http://informeannual.telefonica.es/upload/por/capitulos/03_1_Dados%20relevantes.pdf. Acesso em 04 de Março de 2013.

TRABALHOS FEITOS. Tipologia de Pesquisa. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/Tipologia-Da-Pesquisa/47097.html>. Acesso em 12 de Dezembro de 2012.
Schnitman, I. Módulo de Metodologia do Trabalho Científico. 2011. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/50218032/23/TIPOS-DE-PESQUISA-Objetivo-procedimento-e-abordagem>. Acesso em 21 de Dezembro de 2012.

ANEXOS

ANEXO A

TRECHO DA CARTA ENVIADA AO REI DE PORTUGAL POR PERO VAZ DE CAMINHA

Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/a-carta-de-pero-vaz-de-caminha--0/html/ffce9a90-82b1-11df-acc7-002185ce6064_1.html.

Neste dia, a horas de véspera, houvemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome -o Monte Pascoal e à terra- a Terra da Vera Cruz.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças -ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitos à terra, indo os navios pequenos diante, por dezessete,

dezesseis, quinze, catorze, treze, doze, dez e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro.

Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si. E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens.

Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram...